



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.  
Sub-Eixo: Ênfase em Gênero.

## A TRAJETÓRIA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NEGRA NO BRASIL: EXPRESSÕES DE UMA QUESTÃO SOCIAL, UM DEBATE NECESSÁRIO PARA O SERVIÇO SOCIAL

Maria Eduarda Alexandre de Araujo<sup>1</sup>  
Crisleide Elionã Maria da Silva<sup>2</sup>  
Lydia Vitoria Firmino Pereira Ramos<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como ponto primordial de análise a trajetória da desigualdade de gênero, uma questão que assola a sociedade brasileira desde a colonização ibérica na América e os pressupostos da acumulação primitiva do capital, onde as mais cruéis violações à dignidade da pessoa humana eram amplamente praticadas, principalmente, contra a população negra, através da escravidão e consequentemente, o tráfico de negros vindo da África para compor a mão de obra escrava, configurando tais práticas a partir das desigualdades raciais que culminaram em um apartheid social que domina o Brasil contemporâneo. A mulher negra neste cenário sofre dupla violência, além de sofrer fisicamente condenada ao trabalho escravo, estava sujeita a violência sexual praticada pelos senhores de engenho. Hoje, século XXI, no capitalismo moderno, mesmo após 130 anos da abolição da escravatura, a condição da mulher negra na sociedade ainda carrega o fardo do racismo, mascarado e alicerçado pelo capitalismo como expressão da questão social, diante das limitações do processo de desenvolvimento econômico e social brasileiro sem transformações estruturais. Frente a esse fator, torna-se necessário o debate acerca da inserção do Assistente Social, com o intuito de atribuir direção crítica e propositiva à sua intervenção frente às demandas ocasionadas por este modelo de sociabilidade com vistas à universalização dos direitos sociais e emancipação humana.

**Palavras-chave:** escravidão; violência; mulher negra; questão social; serviço social.

**Abstract:** This article has as main point of analysis the trajectory of gender inequality an issue that plagues Brazilian society since the Iberian colonization in America and the assumptions of the primitive accumulation of capital, where the most cruel violations of the dignity of the human person were largely practiced mainly against the black population, through slavery and, consequently, the traffic of blacks from Africa to compose the slave labor, configuring such practices from the racial inequalities that culminated a social apartheid that dominates contemporary Brazil. The black woman in this scenario suffers double violence, in addition to suffering physically condemned to slave labor, was subject to sexual violence practiced by the senhores de engenho. Today, twenty-first century, in modern capitalism even after 130 years of the abolition of slavery, the condition of the black woman in society still carries the burden of racism, masked and founded by capitalism as an expression of the social question, facing the limitations of the process of economic development and structural changes. Faced with this factor, it is necessary to debate the insertion of the Social Worker, with the purpose of assigning a critical and propositive direction to his intervention in face of the demands caused by this sociability model with a view to the universalization of social rights and human emancipation.

**Keywords:** slavery; violence; black women; social issues; social service

## INTRODUÇÃO

É imprescindível perceber que, devido a desvalorização do trabalhador, ele torna-se um ser vulnerabilizado aos desmandos do capital. Tal realidade é caracterizada pelas expressões da questão social, tal como: a pobreza, insegurança

---

<sup>1</sup> Estudante de Graduação, Universidade de Pernambuco, E-mail: maaduaraujo1@gmail.com.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação, Universidade de Pernambuco, E-mail: maaduaraujo1@gmail.com.

<sup>3</sup> Estudante de Graduação, Universidade de Pernambuco, E-mail: maaduaraujo1@gmail.com.

fome, dentre outras desigualdades sociais que marcam preocupantemente a vida de milhões de indivíduos de todos os gêneros, idades e etnias, impossibilitados de suprirem necessidades básicas, e, conseqüentemente, desenvolver suas potencialidades ao longo de sua vida. A mulher que ao longo da história é marcada pelo preconceito encontra-se inserida em uma sociedade patriarcal.

Ao analisar as estruturas que fundam a sociedade brasileira, é de suma importância questionar quais seus elementos. O racismo e o sexismo são pilares da hierarquização das classes, gêneros e raças. Atribuiu valores negativos que serviram para justificar um tratamento desigual, impondo papéis e lugares sociais para a população negra e, principalmente, a mulher. Retirando-lhes lugar de fala, identidade, e poder.

Além de fatores históricos, dados expõem que a desigualdade racial e de gênero fazem parte de todas as categorias da sociedade brasileira. O racismo, sexismo, discriminação e privação de oportunidades estão atrelados às instituições. Basta analisar pesquisas socioeconômicas e em seu percentual as mulheres negras são as que superam os mais exorbitantes índices, as mais negligenciadas e violentadas.

Refletir sobre a problemática da mulher negra é importante para a categoria gênero, pois, tange processos que vão além da compreensão da divisão sexual do trabalho, onde as relações sociais e de produção perpassam pelas relações de gênero, cabendo, no entanto, um olhar abissal para questão racial.

A falência ética e moral das instituições no país aponta e revela um quadro de retrocessos que tange a população negra. Mesmo inseridos num Estado democrático de direito, tais, são aviltados diariamente. Em relação às mulheres, segundo dados da Unicef, a situação é mais preocupante ainda, segundo a pesquisa “violência sexual” (Unicef,2011) a grande maioria é de afrodescendentes que habitam espaços urbanos periféricos, pobres, muitas que sofrem violência familiar e intrafamiliar.

A importância deste debate é fundamental para que mulheres negras lutem pelos seus espaços ocupados e negligenciados pela dominação classista, racista e hegemonicamente sexista, refutando seus ideais e indo contra qualquer imposição e violência vindo do capital que utiliza do racismo como fator de manutenção da classe, estado ou das intuições que compõem a sociedade de um modo geral. Entender este processo como expressão da questão social, põe em pauta que, esta violência e negligência, tem precedentes desde o processo de acumulação primitiva do capital no período colonial até os dias atuais.

## UM RECORTE DO CONTEXTO HISTÓRICO

Desde o período escravocrata, a mulher sofre os impactos da desigualdade de gênero, ocasionando a inferioridade frente à presença masculina. As mulheres brancas, casadas com coronéis, ou da alta sociedade, desempenhavam papéis domésticos: cuidar da casa, dos filhos, marido, sempre obedecendo a suas ordens. Neste mesmo cenário, existem as escravas, que sofriam duplamente essas mesmas condições, tanto pelos senhores de engenhos, quanto dos capatazes e outros escravos. Padeciam também duplamente, por ser mulher e negra. Se resistissem à qualquer imposição, eram castigadas.

A masculinidade da época distinguiu as mulheres negras e brancas do seguinte modo: a mulher branca cuidaria dos filhos e da casa, enquanto as negras eram destinadas ao trabalho doméstico, sendo exploradas em troca de comida, péssimas moradias e quase nenhuma remuneração. Além destes itens, o debate da questão sexual é muito pertinente, pois, juntamente às desigualdades e contradições supracitadas, é o fator que constrói as desigualdades, relações de raça, gênero e classe que acarreta as complexas formas de exclusão.

Aos homens, era-lhes concedida a “autoridade” de ter uma mulher branca como uma figura frente à sociedade, tornando o casamento um ato social, pois, a mulher negra supria o erotismo inexistente no casamento. A imagem da mulher negra estava atrelada a uma amante para satisfazer seus desejos sexuais, tais desejos, em sua maioria supridos através do estupro de mulheres negras.

“A escravidão, em primeiro lugar, legitimou a inferioridade e, enquanto durou, inibiu qualquer discussão sobre cidadania. Além disso, o trabalho limitou-se exclusivamente aos escravos e a violência se disseminou na sociedade das desigualdades e da posse de um homem pelo outro.” (SCHWARCZ, 1998, p.185)

A questão das mulheres negras é histórica, a mulher negra ainda é subalternizada. O conflito paira em torno da dominação justificada através da classe e, principalmente, pela cor da pele, criando um discurso que se prolifera e é passado de geração para geração. O preconceito é estrutural na hierarquia da sociedade, a mais fragilizada é a mulher negra, ela também sofre opressão do homem negro, do mercado de trabalho, sofre todo tipo de violência, desde a obstétrica até a violência mascarada de racismo na mídia.

As transformações ocorridas na direção da democratização social e do aprimoramento das legislações direcionadas a eliminar as violações de direitos e da igualdade racial, persistem aí mecanismos discriminatórios com relação à mulher e entre as mulheres, sendo as negras duplamente discriminadas e severamente prejudicadas socialmente e psicologicamente. (LUIZ, 2010)

Esse panorama revela sócio historicamente que no Brasil as desigualdades afetam de forma diferenciada a vida social, cultural e profissional das mulheres negras e que tais desigualdades estão diretamente interligadas à estratificação social, à questão racial e às questões de gênero. E para que o quadro de desigualdades sociais e raciais e de gênero seja superado é importante que haja investimento na efetivação das políticas públicas voltadas para estas mulheres.

Com o crescimento do capitalismo (fator que forçou a abolição) no pós-abolição, cria-se uma política de imigração para a mão-de-obra assalariada, não incluindo a população negra, o que gerou a institucionalização da desigualdade racial na estrutura política de vários países, inclusive no Brasil. Essa questão é vista, conforme nota-se em Kabengele Munanga (2006) por meio de mecanismos legislativos, como as políticas segregacionistas, nos genocídios e na tentativa de extermínio da população negra, naturalizando tais práticas.

Devido ao avanço do sistema capitalista, a mulher tem algumas “conquistas” através dos direitos de cidadania, tais como: o voto, a participação na vida pública, entre outros. Entretanto, tais direitos foram, inicialmente, atribuído às mulheres brancas. Em se tratando da cidadania, de acordo com Marshall (1967), realiza um estudo sobre o desenvolvimento da cidadania, afirmando que ela surge com os direitos civis, políticos e sociais a partir da revolução industrial, sendo nesse sentido, a cidadania, um direito uno, pois “quando os três elementos da cidadania se distanciam um dos outros, logo passaram a parecer elementos estranhos entre si”. Tais conquistas só abarcaram as mulheres negras, através de uma trajetória de luta.

## **A VIOLÊNCIA COMO REFLEXO DA QUESTÃO SOCIAL**

É de suma importância compreender a Questão Social como consequência inerente à estrutura do modo de produção capitalista no qual leva diversos teóricos a debates quanto à emergência de tal fenômeno dentro do processo de formação brasileiro e suas particularidades. De acordo com Netto (1992), a Questão Social é legitimada no Brasil em um ponto de vista histórico-social, somente no século XX, através do protagonismo dos trabalhadores na fase do capitalismo maduro. Em contrapartida, sem excluir o fator do materialismo histórico dialético, Silva (2008), embasada na compreensão de Octávio Ianni, entende que a Questão Social, se deu no Brasil, ainda que de forma latente, no período colonial, onde se é possível encontrar as raízes das desigualdades existentes em nossa sociedade até a contemporaneidade.

Escavidão e o patriarcalismo são categorias constituintes e atuais no processo de formação da sociedade brasileira, de acordo com as configurações histórico-conjunturais. Sendo assim, não estão descoladas das raízes latentes da nossa

questão social, representada no contexto da colonização pela questão étnica e pelo trabalho forçado, motivo de tantos conflitos sociais e raciais que ainda não foram superados [...] (SILVA, 2008, p. 34).

Para compreendermos a “questão social” em concordância com o pensamento de Yamamoto, cabe ressaltar que, ao sinalizá-la como um conjunto de desigualdades econômicas, políticas e ideoculturais, “mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização”. (2012, p. 160) Ainda de acordo com IAMAMOTO (1999): [...] a Questão Social pode ser definida como: o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais colectiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1999, p. 27).

Diante disso, vale ressaltar que o racismo é compreendido como uma das particularidades da “questão social”, tendo em vista que afeta uma grande parcela da população brasileira ocasionando diversos tipos violências físicas, patrimoniais, psicológicas etc. Portanto, se faz necessário o enfrentamento desse preconceito para que se tenha uma sociedade verdadeiramente referencial, equânime e justa.

Torna-se emergente compreender a questão social no Brasil, pois se trata de um fenômeno atual no qual a cada dia surgem novas expressões.

Este debate é imprescindível para o enfrentamento da violência racial e de gênero que está inserida no cotidiano da mulher negra.

A violência, como uma expressão da “questão social”, perpassa sob as camadas da vida social e é um fenômeno que possui múltiplas dimensões: acontece em todas as classes sociais, etnias, gêneros, no espaço privado das relações ou na esfera pública. Entretanto, precisa-se destacar que a violência contra a mulher no Brasil tem um profundo recorte de classe e etnia, sendo ainda mais perversa quando atribuída a estas duas determinações.

De acordo com o Senado Federal, mulheres negras morrem mais assassinadas do que as de todas as outras raças/etnias enquanto a taxa de homicídios de mulheres brancas em 2015 foi de 3 para cada 100 mil mulheres, a de mulheres negras foi de 5,2 (senado federal, 2018).

É de extrema importância considerar os aspectos da violência racial especificada por gênero que acomete as mulheres negras brasileiras. Esta experiência tem sido profundamente invisibilizada e negligenciada, seja pelas políticas públicas, Estado, ou até mesmo pelos trabalhos acadêmicos e pelas instituições de pesquisa, que, em sua maioria, avaliam o fenômeno por raça/cor e gênero, que se conforma apenas com uma das características ser o negro ou ser a mulher.

De acordo com pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a violência contra as mulheres tem cor e classe no Brasil: 61% das mulheres assassinadas entre 2001 e 2011 eram negras, tinham baixa escolaridade e renda. As mulheres negras foram as principais vítimas em todas as regiões, à exceção do Sul, com destaque para a elevada proporção de óbitos nas regiões Nordeste (87%), Norte (83%) e Centro-Oeste (68%) (IPEA, 2013).

Frente a estas estatísticas, percebe-se que este fato perpassa obstáculos e ações fragmentadas por parte das instituições e políticas públicas, uma vez que acreditam inexistir motivos para se preocupar em solucionar problemas de desigualdades de gênero e raciais, postos que são irrealistas. O que foi citado acima é apenas um recorte frente às múltiplas violências existentes, desde o campo físico ao simbólico. Cabendo então, uma intervenção profissional para mediar este conflito e atender as demandas existentes.

## **O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO RACIAL**

Compreender os determinantes da violência contra mulher e suas multifacetadas expressões é caminho para reafirmar o compromisso ético e político tão necessário ao enfrentamento dessa forma de violação dos direitos humanos, e, por conseguinte, ir ao encontro dos valores e preceitos preconizados pela profissão.

O Serviço Social surge intensamente marcado pelo caráter de apostolado católico, tratando a questão social como problema moral e religioso, no entanto, as relações raciais não eram problematizadas adequadamente, de modo que as reflexões da categoria privilegiavam ações direcionadas à "resolução" moral das contradições de classe. Ocorreram diversas modificações e determinações sócio históricas concretizam um Serviço Social maduro, na década de 1980, entre elas a incorporação de uma análise crítica dirigida pela herança marxista que permitiu uma apreensão do movimento de transformação da realidade social.

Em sua trajetória, foi criado no interior desse processo condições para a compreensão teórico-metodológica do significado do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais, desvelando o seu caráter político e o fato de que não há neutralidade no trabalho do assistente social.

O Código de Ética do Serviço Social (1993) é regido por onze princípios importantes que dão à profissão o direcionamento ético e político entre eles. O segundo

princípio afirma o compromisso absoluto dos assistentes sociais com os direitos humanos, ao primar pela “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e autoritarismo”. O sexto princípio coloca a eliminação do preconceito como matéria essencial do exercício profissional, o oitavo princípio, o qual amplia a visão sociopolítica e ontológica acerca do ser social, ao considerar determinações de diferentes ordens no processo de dominação entre os homens – além das de classe – como etnia e gênero: “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (BRASIL, 2011).

O Serviço Social, portanto, inserido neste espaço de contradições e disposto a gerar força contrária ao receituário capitalista, necessita aproximar-se dos determinantes socio-históricos da realidade em que se insere no Brasil, considerando a raça como um elemento constitutivo da desigualdade social brasileira. É necessário a garantia de políticas públicas no enfrentamento à violência contra a mulher, principalmente a mulher negra, que sofre diariamente por questões que vão além da classe.

O assistente social frente às políticas, utiliza de seu aparato teórico-metodológicos e ético-político para elaborar, executar e avaliar as políticas sociais com o intuito de desenvolver projetos de lei que emancipe o usuário da vulnerabilidade social. Tal profissional busca reafirmação de direitos e políticas inseridas no projeto societário de modo a promover a equidade e formar pessoas independentes do trabalho, para as mulheres negras das classes mais pobres, a participação no mundo do trabalho é precoce, precarizada e é submetida a patamares desvantajosos.

Quando a sociedade passa a reconhecer essa invisibilidade, assim como o questionamento pautado no feminismo negro, fez com que a sociedade ficasse atenta a uma visão mais plural do debate de gênero e das perspectivas de subordinação a que estavam submetidas mulheres negras, percebendo então, uma “dupla discriminação” que tem seu respaldo na significativa desigualdade que compõe o espaço social destes sujeitos.

A pobreza e a desigualdade de renda são dois fatores que andam conjuntamente. A desigualdade está refletida na ocupação de posições de menor prestígio e remuneração, as mulheres negras estão atreladas ao trabalho doméstico, são 57,6% dos trabalhadores nesta posição, e têm a menor presença em posições mais protegidas, como o emprego com carteira assinada (Ipea, 2012).

Como observado brevemente, a pobreza se apresenta de modo muito presente na população negra. A apuração do nível de renda, para fins de análise da pobreza,

ocorre por meio da renda domiciliar, a variação entre sexos não se mostra relevante. Entretanto, ao se analisar as rendas desagregadas, podemos verificar que as mulheres, especialmente as negras, acessam, de forma diferenciada, os rendimentos do trabalho, como os recursos para obtê-los.

Discutir a perspectiva de gênero e racial no campo das políticas públicas, observando os dados da desigualdade de renda a pobreza é de extrema relevância. Deve se pensar em mecanismos que contemplem formas de empoderamento desses grupos e de superação das desigualdades, bem como avaliar estratégias que atuem sobre estes aspectos.

## CONCLUSÃO

Esse trabalho tem o intuito de trazer uma visão ampla sobre a vida da mulher negra e suas demandas na sociedade, analisando sua trajetória do período colonial com o capitalismo primitivo até tempos atuais. Dispondo de observar o trabalho dos assistentes sociais garantindo políticas sociais para esta população tão negligenciada. Pois, é no âmbito da defesa de direitos que o/a profissional de Serviço Social é convocado(a) a intervir. Pode-se concluir que, baseado nos dados apresentados, existe a obrigação da elaboração de uma política pública eficaz voltada para as mulheres negras. Com finalidade de cobrar da justiça uma forma de legislação até que o país apresente igualdade em seus dados e classes.

Portanto, cabe a este trabalho, expor a violência contra a mulher negra como um dos reflexos da questão social e suas múltiplas facetas. A análise exposta nessa pesquisa observa desvelamento das práticas discriminatórias enraizadas em diversas instituições e segmentos da sociedade. Frente a isso é necessário o reconhecimento e a importância da discussão racial para o Serviço Social, para ações que efetivem a inclusão do quesito raça/cor nos instrumentos utilizados na ampliação de debates acerca da questão racial e os instrumentos representativos da categoria profissional.

## REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade**; trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IBGE –INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009**. IBGE, 2009. (Nota Técnica).

INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL e IBOPE

Inteligência(orgs.). **Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas** – Pesquisa 2007. São Paulo, dezembro de 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.].- Brasília : Ipea, 2013. 160 p. : gráfs., tabs.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **PNAD 2008**: primeiras análises – juventude, desigualdade racial. Comunicado da Presidência, Brasília, n. 36, 2009.

\_\_\_\_\_. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. In: GARCIA, L.P.; FREITAS, L. R. S.; SILVA, G. D. M.; HÖFELMANN, D. A. Versão Preliminar. 2013. Disponível em:  
[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925\\_sum\\_estudo\\_femicidio\\_leilagarcia.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf)

LOPES, N.D. **A violência contra a mulher no capitalismo contemporâneo**: opressão, exploração e manutenção do sistema. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Marxismo e feminismo**: afinidades e diferenças. *Crítica Marxista*, n. 11, p. 89-95. São Paulo: Boitempo, 2000.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

SANTOS, M. S. QUEIROZ, J. M. LUZ, R.A. OLIVEIRA, B.S. **DESIGUALDADES DE GÊNERO**: a mulher negra no mercado de trabalho. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas (Anais Eletrônicos) Maranhão, 2017.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil**. Cuiabá: EdUFMT, 2008.